

**IV PROJETAR 2009**  
**PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA**  
**FAU UPM SÃO PAULO BRASIL**  
**Outubro de 2009**

**Eixo: Situação**

**Escritórios de arquitetura em São Paulo: práticas de trabalho, sentidos e contextos**

**Volia Regina Costa Kato**

Socióloga e mestre pela FFLCH da Universidade de São Paulo, pesquisadora e professora de urbanismo na graduação da FAU-U.P. Mackenzie com participação em diversos projetos de investigação na área e doutoranda pela FAU UPM.

[vrkato@uol.com.br](mailto:vrkato@uol.com.br)

Resumo:

As remodelações econômicas e culturais da sociedade contemporânea que se repercutem em crise de emprego, precariedade de condições de trabalho em novas formas de inserção produtiva dos indivíduos abrem um leque de discussão teórica sobre a noção de trabalho forjada na modernidade ocidental possibilitando investigações sobre suas manifestações concretas, nos mais diversos campos de atividades. Remetido a este debate mais amplo, o artigo traz elementos para a reflexão e análise das características específicas e significados do trabalho na arquitetura à partir de subsídios fornecidos por pesquisas realizadas em escritórios de arquitetura em São Paulo

Palavras-chaves: processo, conceito, horizonte

Eixo: Situação

Abstract:

Economics and modern society cultures transformation reflect in jobs crisis and low condition of work with new form of production. The transformation became a subject of great theoretic discussion of contemporary occidental idea of work, making the investigation about their real manifestation in many fields of activities possible. To aim considerable debate, this article brings to reflexion some specific characteristic and meaning of the architecture work verified in the research of Sao Paulo architecture offices.

Keywords: process, concept, horizon

Axis: situation

## Resumen

Las modificaciones económicas y culturales de la sociedad contemporánea repercuten en crisis del empleo, precariedad de condiciones del trabajo en nuevas formas de inserción productiva de los individuos, abren larga discusión teórica acerca de la noción del trabajo de la modernidad occidental, posibilitando investigaciones acerca de sus manifestaciones concretas en los diversos campos de actividades. Visando un debate más amplio, el artículo trae elementos para la reflexión y análisis de las características específicas y significados del trabajo en la arquitectura a partir de los datos proporcionados por las pesquisas realizadas en las oficinas de arquitectura en Sao Paulo.

Palabras clave: proceso, concepto, horizonte

Eje: situación

As significativas mudanças econômicas e culturais pelas quais vem passando a sociedade contemporânea desde os finais da década de 1970 em escala mundial se repercute entre outros aspectos, em remodelações nas formas de gerenciamento dos processos produtivos e da organização das atividades de trabalho, forçando o reconhecimento das mutações do trabalho que se manifestam não apenas pela crise do emprego assalariado quanto pela expansão de novas formas de vínculos trabalhistas, terceirizadas e autônomas.

Estas novas condições que alteram as lógicas dos fluxos econômicos, localização internacional de empresas e de sua organização interna e que são acompanhados por redefinição do papel do Estado como regulador das políticas econômicas e sociais vem suscitando, desde os anos de 1990, indagações teóricas e questionamentos empíricos sobre o estatuto conferido ao trabalho assalariado na modernidade ocidental. Nesta direção, numerosos estudos têm sido realizados no âmbito do trabalho fabril e em algumas outras atividades econômicas buscando identificar o alcance de novos paradigmas de organização dos processos produtivos baseados na idéia de um modelo denominado de *acumulação flexível*. (SENETT, 1999; HIRATA, 1994, 1997; BENYON, 1999). Os resultados destes estudos além de questionarem os efeitos promissores em termos de criatividade e polivalência do trabalho e mesmo a presença destes novos paradigmas, apontam as diversidades de formas de gestão de mão-de-obra influenciadas por determinações locais, inclusive relativas às políticas trabalhistas de cada país e, especialmente o aumento da intensidade do trabalho, com incorporação tecnológica, não necessariamente sob a forma de trabalho assalariado.

Além de evidenciarem condições de vínculos mais precários e instáveis, estas investigações colocam em pauta e desnudam as relações problemáticas entre emprego e trabalho na sociedade capitalista. A noção de trabalho se imiscui e vem sendo confundida com sua expressão histórica, definida na modernidade enquanto trabalho assalariado, sob a referência hegemônica do trabalho fabril (BLASS, 2006). Os fenômenos contemporâneos que envolvem esta questão sinalizam a importância de se repensar o significado do trabalho na sociedade capitalista e de se voltar para as suas diversas expressões na sociedade. Assim, na perspectiva de alargamento da noção de trabalho à partir do reconhecimento desta distinção, abre-se um campo amplo de investigação sobre a multiplicidade das formas de trabalho, inclusive nas atividades artísticas, de lazer e muitas outras.

Em relação ao trabalho na arquitetura, o contexto recente de influência destas novas condições que alteram as relações de demanda de mercado e instauram novos parâmetros de competitividade trazem à tona o caráter complexo de sua inserção social e as ambigüidades na conjugação entre saber técnico e criação artística que se opera no ato de trabalhar e nas formas de organização do processo trabalho nos escritórios de arquitetura.

Remetido a este debate mais amplo, o artigo apresenta indagações e algumas reflexões sobre algumas manifestações concretas do fazer arquitetônico no contexto da cidade de São Paulo em confronto com a percepção dos agentes envolvidos, baseadas em alguns subsídios de pesquisas já realizadas.

### **Mutações do trabalho na sociedade contemporânea**

Falar sobre novas práticas de trabalho no interior da produção arquitetônica, assim como em outras atividades, pressupõe referências à um contexto de transformações mais amplas situadas num plano internacional, no qual de alguma forma se inserem e se relacionam.

Os rumos assumidos pela acumulação capitalista como respostas às crises delineadas nos anos de 1970, se assentam numa ampla reestruturação produtiva de repercussões planetárias, articulada pelo princípio da *flexibilidade*. Com ele, opera-se a desarticulação do modelo fordista, consolidado no pós-guerra, sustentado pelos pilares da produção e consumo de mercadorias em larga escala, no trabalhador especializado e nas estruturas verticais de comando no interior das organizações, na força dos sindicatos e na capacidade reguladora dos Estados Nacionais, através de políticas sociais redistributivas e de investimentos de grande porte em infra-estruturas.

No âmbito interno das atividades produtivas. “o sistema fordista de produção em massa de bens padronizados exigia o recurso a uma massa de trabalhadores semi-qualificados, disciplinados e prestes à cumprir rigorosamente as tarefas prescritas segundo normas operatórias codificadas. A não comunicação era erigida como regra no trabalho de execução das indústrias de série (isolamento, proibição de diálogos durante o trabalho em linha, etc.)” (HIRATA, 1997:24 )

Após o final dos anos 70, as reduções drásticas de empregos industriais nos países centrais trazem os primeiros indícios da velocidade de mudanças subseqüentes. How Beynon (1995) destaca a enorme dimensão da diminuição dos empregos industriais e fechamento de indústrias que só na Inglaterra atinge o patamar de eliminação de cerca de 3 milhões de empregos e o fechamento de grandes empresas estratégica do setor siderúrgico, de estaleiros e de extração mineral, no período de 1979 à 1992. Ao mesmo tempo ocorre uma realocação espacial das unidades produtivas, ficando nos países centrais as indústrias de ponta, com alto valor agregado, ao lado dos processos de privatizações e redução dos empregos no setor público, constando naquele país, para o mesmo período, na eliminação de mais de 1 milhão de empregos.

No bojo destas transformações emerge um novo conceito de produção ou um novo modelo denominado de *especialização flexível*, envolvendo novas modalidades de organização da produção e gerenciamento e novas práticas de trabalho, baseadas especialmente numa divisão menos rígida do trabalho, na necessidade de uma integração acentuada de funções e nos pressupostos da cooperação e comunicação entre os funcionários.

O pressuposto da flexibilidade, como uma nova modalidade de se conceber o papel dos indivíduos nas organizações, permeia também um novo caráter das gestões públicas e econômicas apoiando-se, sobretudo, na necessidade de uma reinvenção contínua das instituições. (SENNETT, *Ibidem*)

O próprio conceito de flexibilidade traz implícita a idéia de interdependência e integração, expandida aos fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais, postos numa dimensão planetária. A desregulamentação e abertura de mercados inseridas nas políticas neo-liberais, o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação, expansão das redes e as transformações tecnológicas crescentes baseadas na microeletrônica reforçam de forma inusitada as interdependências e influências mundiais no espaços locais.

Entretanto, as interdependências econômicas e as interações culturais que se operam internacionalmente, difundindo o modelo de especialização flexível, anteriormente apontado – modelo em que uma mão-de-obra qualificada e polivalente atenderia às exigências das novas condições não suprime as heterogeneidades e as diversidades dos mercados de trabalho. Segundo BLASS (2001), ao modificar as próprias características locais, acentuaria ainda mais as ambivalências das relações locais e globais, aprofundando as tensões entre o tempo mundializado da circulação e de informações e o tempo real vivido .

Mesmo no plano das condições vigentes nos países centrais, as investigações científicas sobre as novas relações sociais de trabalho, apontam que a assimilação da especialização flexível se traduz em formas heterogêneas e diversificadas de manifestação.

How Beynon (id.ibidem) problematiza de modo enfático, através de estudos em diversos contextos de trabalho na Inglaterra, os resultados das novas transformações, identificando que a acentuada incorporação tecnológica e de novos modelos de gestão nos processos produtivos, tem produzido pouco impacto para a criação de um operário individualizado e polivalente. As grandes mudanças incidem, na verdade, em novas práticas de trabalho caracterizadas pelo trabalho em tempo parcial, por conta-própria e subemprego e na instabilidade do mercado de trabalho diante do aumento expressivo do desemprego.

Ainda, segundo este mesmo autor, as transformações do trabalho ocorridas predominantemente nos anos de 1980 na indústria, se propagam na década seguinte para os outros setores da economia. Porém, no setor de serviços, a maior parte dos empregos continua sendo manuais, não-qualificados e com características fordistas - rigidez tecnológica, homogeneização do trabalho em massa e ênfase no consumidor.

A relevância do consumidor e da imagem do produto num mercado cada vez mais competitivo induz, na verdade, ao enxugamento das empresas, com a redução do número de funcionários eliminando as perspectivas vigentes no modelo anterior, de ascensão num plano de carreira e possibilidade de visualização de um futuro previsível. Além destes aspectos, os processos de enxugamento das empresas constituem pressões para o conformismo no emprego, aumento do sentimento de impotência e insegurança.

Análises empíricas comparativas envolvendo as condições brasileiras, no âmbito do trabalho fabril, confirmam as manifestações heterogêneas das novas práticas de trabalho, destacando os fatores locais relativos aos aspectos da legislação trabalhista e outros de caráter cultural

como o emprego crescente de mão-de-obra feminina em tempo integral e resistências à aceitação das novas gestões flexíveis.

Ao mesmo tempo, evidencia-se, tal como em outros contextos, a presença dos processos de reengenharia implicando na redução do número de funcionários, o aumento crescente do desemprego e das modalidades de trabalho terceirizados e autônomos.

Os efeitos destes processos resultam em condições sociais instáveis e fragmentadas que transcendem a realidade social, penetrando nas subjetividades e nas condições de vida dos indivíduos. Estudando estas dimensões, Richard Sennett salienta três grandes desafios aos quais os indivíduos são lançados: 1. *relacionado ao tempo*: ao se defrontar com a instabilidade de emprego o indivíduo se encontra na contingência de migrar de tarefas e locais devendo o tempo todo improvisar a narrativa de sua vida, com sentimentos oscilantes à respeito de si próprio; 2. *relacionado ao talento*: as alterações das exigências da realidade impõe o desenvolvimento de novas capacitações e descobertas de capacidades potenciais; 3. *relacionado ao desapego*: na medida em que os empregos não são mais garantidos no interior das organizações, o traço de personalidade exigido é a capacidade dos indivíduos abandonarem suas experiências passadas e estarem abertos às novidades.

A crise paradigmática da centralidade do trabalho em suas formas assalariadas e estáveis significa, segundo o autor, na busca social de um homem ou de uma mulher ideal que não correspondem à realidade dos seres comuns e resultam em aumento de sobrecarga e desestabilidade emocional dos indivíduos: a maioria das pessoas precisa “de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições fazem mal a muitos dos que nelas vivem” (SENNETT, id.ibidem:14)

As constatações sobre as mutações do emprego abrem um campo profícuo para os questionamentos da associação mecânica entre emprego e trabalho, ao mesmo tempo em que permite ampliar o interesse investigativo sobre outras manifestações de trabalho na sociedade contemporânea, obscurecidas pela proeminência histórica do trabalho fabril e, portanto assalariado. A busca de entendimento sobre o trabalho e seus significados para quem o faz, tem mobilizado estudos sobre o trabalho artístico e outras atividades criativas (FERNANDES, 2001; SILVA, 2002; BRANDÃO, 2006; PETERS, 2000, entre muitos) e mesmo sobre as características e significado do trabalho em atividades de cultura e lazer e outras.

Uma das possíveis aproximações desta reflexão aplicada à produção arquitetônica incita analisar as mutações do trabalho nos escritórios de arquitetura, ou seja, nos locais de trabalho, procurando suas especificidades naquilo que Elena Hirata (1997) denomina como sendo “os mundos do trabalho”.



## **Práticas de trabalho na produção arquitetônica: reflexões à partir de escritórios de arquitetura em São Paulo**

Reflexões sobre as manifestações concretas do trabalho arquitetônico vêm sinalizando alguns efeitos produzidos pelas novas condições econômicas que se refletem no acirramento da competitividade do mercado interno, inclusive em termos de suas interfaces mundiais. Análises realizadas no âmbito de pesquisa desenvolvida, em 2003, em escritórios de arquitetura na cidade de São Paulo, situam algumas especificidades locais de gestão e práticas de trabalho que vão se expressar segundo condições diferenciadas desses escritórios, em termos de porte e de inserção no mercado <sup>1</sup>.

De uma maneira geral, os reflexos das transformações da dinâmica econômica inseridas nos processos contemporâneos de globalizações se traduzem num primeiro momento no Brasil, na retração do boom imobiliário que acompanha as crises econômico-financeiras desde a década de 1980 e a diminuição e redefinição das demandas estatais em relação à produção arquitetônica. Ao mesmo tempo, a difusão de tecnologias informatizadas e redefinições das demandas privadas e estatais sobre a arquitetura impulsionam nos escritórios, remodelações produtivas envolvendo incorporação tecnológica com sistemas informatizados e enxugamento funcional, tanto em termos de estrutura física quanto de empregos, ampliando e generalizando modalidades baseadas na terceirização e no trabalho autônomo.

Ao mesmo tempo em que estas tendências gerais perpassam os escritórios investigados, assumem conotações diversificadas e se articulam às formas e possibilidades de inserção de cada um deles nas novas condições de mercado, identificando-se neste universo, quatro grandes segmentos.

Em um segmento, representado por escritórios que haviam atingido uma estrutura funcional relativamente grande e estável num contexto anterior de amplas demandas do mercado imobiliário e outras provenientes do Estado, as práticas de enxugamento, com a redução paulatina de funcionários significam o desmanche de equipes técnicas, a desarticulação de processos de trabalhos já consolidados onde se configuravam perspectivas de carreira pessoal e melhorias salariais no interior do próprio escritório. Eliminam-se, ao mesmo tempo, as condições de capacitação profissional propiciadas pelo próprio processo de trabalho. Além disso, os novos vínculos de caráter temporário e autônomo que passam a oscilar em função de demandas de mercado pontuais e esporádicas se repercutem em redução do patamar de remunerações e se inscrevem num panorama de precariedade e instabilidade das condições de trabalho do arquiteto. O reconhecimento destas novas condições se expressa no discurso dos titulares dos escritórios pela inviabilidade financeira de manutenção de antigas estruturas funcionais diante das recessões econômicas dos anos 1980 e das pressões da legislação trabalhista. A substituição paulatina do emprego fixo para o trabalho temporário e autônomo é acompanhada, no final dos anos 80 pela implantação de sistemas informatizados que

---

<sup>1</sup> Righi, R; Kato, V.R.C., Abascal, E., Rivera, L.G. **Panorama da Arquitetura Paulista Contemporânea – um estudo sobre 35 escritórios**. São Paulo: Fundo Mackenzie de Pesquisa – Mackpesquisa, Relatório de Pesquisa, mimeo, 2003.

acentuam ainda mais o processo de enxugamento. Como exemplos expressivos, alguns escritórios que na década de 1970 atingiram uma estrutura funcional de porte médio e grande com gestão empresarial, no contexto estudado já não mais possuíam funcionários com vínculos trabalhistas, operando exclusivamente através de contratos temporários e prestação de serviços autônomos. Em alguns casos de arquitetura especializada e dependente das demandas do Poder Público, o processo de redução paulatina da estrutura funcional acompanhou a diminuição e redefinição das formas de contratação de produtos arquitetônicos por parte deste agente e hoje alguns dos escritórios inseridos nesta situação, se reduzem, em termos funcionais, à presença dos próprios sócios.

Num segundo segmento e revelando uma resposta diferenciada às mesmas condições internacionais e internas vigentes nos anos de 1980 e 1990 colocam-se escritórios cuja estrutura funcional anterior já não era concebida com caráter empresarial. Nesses casos, o escritório representa apenas um suporte técnico com poucos funcionários, à arquitetos de autoria individual renomada na produção arquitetônica paulista desde a década de 1960, ou mesmo antes deste período. Embora se observem rearticulações internas de trabalho, com incorporação de tecnologia de informação e adoção generalizada do trabalho autônomo permanente e temporário, não ocorrem retração e enxugamento do porte do escritório. A manutenção de um lugar no mercado opera-se, nestes casos, por uma forma específica de distinção privilegiada onde a autoria do projeto e sua expressão renovada com adoção de novas possibilidades temáticas, estruturais e plásticas, atendem, sobretudo, a um novo tipo de intervenção do Poder Público na cidade em obras culturais, viárias e de requalificação urbana. Reafirmando grande capacidade de renovação criativa, muitos destes profissionais se inserem, inclusive, no âmbito de atuação internacional.

Simultaneamente, a pesquisa revela ainda, um terceiro segmento, expresso pelo surgimento de novos nichos de mercado à partir dos direcionamentos das políticas econômicas após 1990 no Brasil, que no âmbito das privatizações atraíram empresas multinacionais sobretudo ligadas aos ramos eletrônico e comunicação além de escritórios especializados em consultoria técnica e advocacia. Voltados a estas demandas recentes alguns escritórios, passam a desenvolver e a se especializar na arquitetura de interiores de acordo os padrões internacionais de qualidade estética, funcional e de incorporação tecnológica referenciados internacionalmente. Nestes casos, os projetos arquitetônicos buscam a reafirmação da imagem corporativa das empresas e se inserem num pacote mais amplo de serviços incluindo os custos de execução e acompanhamento de qualidade. No discurso revela-se ainda a intencionalidade de acompanhar e se adequar às condições atuais do mercado nacional e internacional, garantindo uma forma de inserção ajustada às mais avançadas demandas de qualidade arquitetônica.

Destaca-se ainda, um quarto segmento configurado por escritórios que já se constituíram intencionalmente sob a forma de pequeno porte, no bojo do contexto de mudanças estruturais recentes. Assumem, tanto em seus projetos quanto nas formas de organização do trabalho no

escritório, uma postura de abertura crítica á heterogeneidade e flexibilidade de padrões conceituais na arquitetura. De acordo com os discursos emitidos pelos titulares desses escritórios esta postura conceitual tem necessariamente ressonância sobre a organização do processo de trabalho em termos de gestão e criação coletiva, articulada à um processo de envolvimento participativo em todas as etapas do processo de projeto. A noção de flexibilidade é assumida, no discurso como um conceito auto-definidor de suas concepções e práticas, das relações com os clientes e de incorporação de demandas do mercado. Antes de um ajuste restrito aos modismos de mercado, os discursos apontam para uma postura de abertura crítica à realização de soluções diversificadas e criativas, destacando-se, sobretudo pela autoria coletiva de projeto. Expressando esta concepção simultaneamente na gestão do processo produtivo e na gestão das atividades de trabalho, os discursos destes arquitetos trazem a suposição de que as práticas de trabalho adotadas estariam rompendo com a idéia de especialização e parcelamento do trabalho.

As tentativas de categorização apresentadas evidenciam por um lado, um movimento mais amplo de remodelação do mercado de trabalho em arquitetura no Brasil, desde o final dos anos 1980, sinalizando simultaneamente composições heterogêneas de escritórios em suas articulações funcionais e assimilação de tendências gerais no sentido do aumento da precariedade e instabilidade nas condições de trabalho. Mesmo nos poucos escritórios onde circunstâncias pontuais de demanda especializada como a de arquitetura de interiores (predominantes no segundo segmento) permitem ampliar o trabalho assalariado, já se manifestam políticas de gerenciamento voltadas para a redução de custos operacionais, afetando as possibilidades anteriores de sustentar uma requalificação continuada dos funcionários, aumentando a intensificação e as jornadas de trabalho.

Do ponto de vista dos processos produtivos, a incorporação tecnológica com sistemas informatizados que se generaliza à partir do final dos anos de 1990 opera sobretudo a agilização das etapas do trabalho e facilidades na incorporação dos projetos complementares ao da arquitetura, funcionando em muitos casos como instrumento que possibilita enxugamento de estruturas físicas dos escritórios, terceirização e proliferação do trabalho autônomo e ainda, como elemento facilitador e estratégico nas relações com o cliente. Além destes aspectos, a informatização incide ainda no desaparecimento de uma etapa do processo produtivo expressa pelo trabalho do desenhista projetista, portador de um saber técnico. Esta atividade é transmutada em nova competência – a de operador de CAD vinculada aos sistemas informatizados. Na prática, substitui-se o profissional de formação de nível médio por estagiários do curso de arquitetura ou arquitetos recém-formados. A utilização de jovens arquitetos nestas atividades vem se traduzindo em experiências de insatisfação pessoal quanto às promessas profissionais gestadas no contexto de formação acadêmica e acentuadas pelos baixamentos salariais e instabilidade de garantia de emprego.

Equivale dizer que os novos instrumentos não se aplicam igualmente em todo o processo produtivo. As relações complexas entre criação artística e saber técnico que tipificam o fazer arquitetônico permanecem, no geral, substancialmente as mesmas nos escritórios

investigados. Os depoimentos obtidos apontam para a permanência de croquis, maquetes e outros recursos de desenho nos estudos iniciais que definem o partido do projeto e, portanto, na concepção criativa. É justamente esta etapa do processo a mais valorizada como expressão de criação arquitetônica onde se condensam posturas estéticas, ideológicas e expressivas. A transposição dos estudos preliminares em maquetes eletrônicas é vista apenas como elemento de interlocução externa que possibilita a valorização de realização criativa no atendimento de programas expressos por necessidades particulares de clientes específicos ou demandas de caráter social, institucionais privadas e ou, estatais.

É nas etapas de desenvolvimento do projeto e na organização gerencial dos escritórios que os novos instrumentos informatizados são largamente utilizados.

Na gestão dos processos produtivos, os novos instrumentos trazem possibilidades mais amplas de controle da eficiência do desenvolvimento do trabalho, mantendo, entretanto, as características de centralização que sempre caracterizaram o fazer arquitetônico. O trabalho permanece sob o controle do arquiteto responsável pelo escritório e, no máximo, é delegado aos arquitetos coordenadores de equipe, nos escritórios maiores. Da mesma forma, permanece no geral centralizada, a interlocução de conhecimentos técnicos.

Ainda que se observem combinações variadas, dependendo do porte, de suas origens e características específicas, é possível detectar um processo ampliado de precariedade e fragmentação da criação e produção do trabalho arquitetônico. São poucos os escritórios que assumem uma postura de integração de jovens arquitetos nos processos de concepção e desenvolvimento de projetos. Em sua grande maioria estes profissionais tendem a participar de forma pontual em tarefas específicas alienados de uma visão integrada do processo, sendo ainda compelidos a buscar constantemente novas oportunidades de trabalho e administrar isoladamente o seu trabalho.

Por isto mesmo, coloca-se como surpreendente e paradoxal, neste contexto de fragmentação e segmentação predominante, a presença de escritórios de arquitetura de autoria coletiva, na medida em que os discursos emitidos por estes arquitetos estariam sinalizando simultaneamente uma modalidade específica de se produzir arquitetura no contexto atual, implicando supostamente, em alterações simultâneas nas concepções do fazer arquitetura e conseqüentemente nas formas de gestão dos processos produtivos.

Existe o reconhecimento, em muitas análises (NOBRE, 2006, p.21) de que ocorre nestes escritórios uma transmutação da concepção moderna de autoria, mais individualista, para uma valorização do trabalho em equipes, cuja ênfase “por vezes parece recair menos sobre o objeto arquitetônico em si, do que sobre o processo de arquitetura como um todo, da concepção à execução”.

Nesse sentido, os escritórios de arquitetura de autoria coletiva em São Paulo, surgidos justamente no bojo das remodelações econômica dos anos de 1990 colocam indagações que demandam aprofundamento de uma reflexão crítica sobre o trabalho na sociedade capitalista e sobre as possibilidades de surgimento de resistências criativas diante das transformações

econômicas conjunturais. Estas suposições requerem, entretanto aproximações investigativas que revelem em detalhes, as práticas de trabalho aí realizadas e os arranjos internos nas formas de organização dos processos produtivos e de gestão do trabalho para que se possa especificar e qualificar o significado desta distinção e os seus atributos subjetivos.

Como expressão de contradições renovadas, ao mesmo tempo em que se impõem, nestes escritórios, readequações dos processos produtivos frente à condições objetivas, as atribuições de significados do fazer arquitetônico, expresso nos discursos dos arquitetos revelam a permanência de fraturas antigas já há muito assinaladas por Durand (1974) entre as práticas de trabalho e o ideário da profissão, num movimento incessante na busca de reafirmação de formas distintivas de inserção num campo de produção cultural (BOURDIEU, 1989) que envolve agentes diversos e, no caso em questão, vinculado à um mercado cada vez mais competitivo e segmentado.

Utilizando-se justamente a noção de distinção de Bourdieu (2004, p.35) aplicada às dinâmicas atuantes neste campo, as práticas relacionadas ao trabalho se orientam por um jogo de honra, não necessariamente conscientes ou calculadas. Ou seja, existe aí,

“a idéia de que as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra, no sentido da reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento”.

### **Os sentidos do trabalho arquitetônico: outras percepções e vivências**

Na perspectiva aqui assumida, a discussão temática do trabalho na arquitetura requer compreender o seu efetivo acontecer, ou seja, identificar quem faz e como se faz o trabalho, assim como, compreender os seus significados subjetivos. Para além da investigação nos escritórios de arquitetura, uma aproximação direta com jovens arquitetos inseridos nas tendências já assinaladas de baixas remunerações e precariedade de condições do trabalho autônomo e temporário, evidenciam outras dimensões subjetivas do fazer arquitetônico.<sup>2</sup>

A pesquisa realizada com arquitetos e urbanistas formados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no período de 1994 à 2005, embora objetivasse primordialmente caracterizar a inserção profissional dos ex-alunos e suas opiniões pessoais sobre as relações entre a qualidade de sua formação acadêmica e as condições e exigências do mercado de trabalho atual, apresentou resultados surpreendentes de percepções vivenciadas sobre o campo de produção arquitetônica.

---

<sup>2</sup> A enquete *Formação Acadêmica e Atuação Profissional: opiniões e perspectivas de ex-alunos da FAU-Mackenzie, 1994-2005*, realizada no ano de 2006, coordenada por KATO, V. R. C. e ZIONI, S. surgiu no âmbito das discussões pedagógicas desta faculdade e sua realização contou com apoios informais da direção e com trabalho voluntário de alunos da graduação.

As hipóteses iniciais remetiam, por um lado, à percepção de que o arquiteto recém formado atualmente se insere predominantemente no universo de transformações das relações de trabalho, envolvendo, sobretudo, modalidades de trabalho informal e temporário, num contexto mais amplo de precariedades que perpassam outras áreas de atuação profissional, inclusive em termos de remuneração. Estas condições objetivas tenderiam a acentuar as tensões entre o imaginário social de autonomia profissional e as possibilidades de sua concretização.

Considerando os objetivos de se conhecer algumas particularidades das relações entre a formação acadêmica e a atuação profissional, colocavam-se um leque de indagações sobre as experiências vivenciadas no seu exercício profissional em termos das competências profissionais exigidas pelo mercado de trabalho e dos vínculos com o preparo obtido no curso de graduação. Definida como uma sondagem exploratória de cunho qualitativo e de adesão voluntária, a pesquisa envolveu arquitetos em atividade, ainda que, como um fenômeno indicativo das condições atuais de trabalho, cerca de metade deles desempenhava também outras atividades, além da arquitetura.

Confirmam-se aí a predominância de relações instáveis, precárias e mal remuneradas, aspectos enfaticamente mencionados nas entrevistas. No geral, o trabalho atual é recente (70%), marcado por baixas remunerações (cerca de 30% recebe menos que o piso salarial da categoria) e por relações de trabalho autônomas e temporárias ou assalariadas sem registro regular. O emprego assalariado possui pouca representatividade e os que se declaram como proprietários de escritórios também constituem uma categoria não significativa. Ou seja, nos processos produtivos estão combinados numa difícil dissociação, o trabalho autônomo, assalariado e outras formas de trabalho.

O significado do trabalho para estes profissionais revela uma compreensão, ainda que fragmentada, das relações complexas envolvidas no campo de produção arquitetônica, segundo a abordagem de Bourdieu. Apoiado nos referenciais teóricos deste autor STEVENS (2003, p.91) alerta que os arquitetos são parte de um sistema social mais amplo e que no campo específico da arquitetura, entendido como uma arena competitiva, atuam conjuntamente instituições sociais, indivíduos e discursos que se suportam mutuamente – arquitetos, críticos, profissionais de arquitetura, construtores, clientes, parcela do Estado, instituições financeiras, exigências legais, discurso arquitetônico.

Nos depoimentos, as percepções deste jogo são vistas como problemas inter-relacionados: precariedade das condições de trabalho, incluindo-se o baixo nível de remuneração e as práticas competitivas entre profissionais que tendem a reforçar rebaixamento nos valores das remunerações de trabalhos e produtos. Além disso, a inserção profissional supõe conhecimento e preparo para atuar competitivamente neste campo, como revelam os depoimentos de alguns entrevistados:

“Em primeiro lugar, é preciso ter uma grande capacidade de relações interpessoais e vendas. O mercado hoje gira em torno da capacidade que um profissional tem em se relacionar, obter contatos profissionais e vender seu produto, seja ele um serviço

ou um trabalho. Em segundo lugar, sem dúvida, sua capacidade profissional. Seus conhecimentos, sua força de trabalho, dedicação e competência para se estabelecer no mercado são fundamentais” (arquiteto formado em 2004)

Ou ainda,

“O mercado está nivelado por baixo. Você não precisa hoje ser um grande profissional, apenas um grande “marketeiro” e ter o preço mais baixo, em se tratando do exercício autônomo da profissão. As empresas estão à procura de profissionais completos, que possam substituir 10 funcionários ou mais. Se você não tiver família, não precisar comer e puder sobreviver com um salário mínimo, você é perfeito. Apesar de tudo isso, acredito que a grande chave de um bom profissional hoje é a versatilidade e a capacidade de adaptação às diversas situações que encontramos no desenvolvimento dos trabalhos. Para isto, precisamos ter uma boa formação técnica e estarmos atentos às inovações do mercado”. (arquiteto formado em 2000)

Diante das condições de inserção fragmentada e pontuais nos processos produtivos associadas à baixas remunerações, a valorização subjetiva do trabalho fica comprometida e muitas vezes é vista como resultado da diminuição da importância social do arquiteto enquanto profissional. Ao mesmo tempo, revela-se de forma ambígua o valor pessoal do trabalho: apesar de que se poderia chamar de uma inserção conformista às condições impostas existe um desejo manifesto de aperfeiçoamento profissional e de adequação às exigências mutantes do mercado de trabalho. Um exemplo é a percepção de que as relações de trabalho autônomas representam uma tendência definitiva e de que os arquitetos não foram formados ou não estão preparados gerenciar as atividades profissionais sob esta nova condição. A avaliação da formação acadêmica é de *distanciamento da prática e do mercado de trabalho*, uma vez que os conteúdos referentes a gerenciamento técnico e de mercado, desenvolvimento de projetos, legislação ou práticas e processos de produção, na maioria das vezes, não tem destaque do currículo disciplinar da faculdade. Embora a maioria reconheça que sua formação foi adequada, este distanciamento é visto como problema substancial.

### **Considerações finais: importância da desconstrução da noção de trabalho**

Mesmo diante das evidências empíricas sobre as transformações do trabalho na sociedade contemporânea existe ainda do ponto de vista analítico, poucas aberturas para o questionamento da noção de trabalho e, no geral, os estudos temáticos permanecem centrados nas oscilações do emprego e nas condições de trabalho. (BLASS, id.ibdem, p.24)

Por isto mesmo, o reconhecimento de que estas oscilações são manifestações das crises paradigmáticas da modernidade, requer uma releitura desta noção enquanto categoria histórica de análise que possa ultrapassar dicotomias constituídas – emprego e trabalho assalariado; trabalho e lazer; ócio e trabalho, entre outras.

Tal como enfatiza Diez (2001 apud BLASS, 2006: 22/23) o discurso moderno do trabalho desponta na Europa Ocidental no final do século XVII e se consolida com as relações capitalistas no decorrer do século XIX, num movimento de dessacralização do trabalho e sua identificação com o trabalho produtivo:

“A generalização das várias formas de assalariamento consistiria um dos critérios para classificar e ordenar as diferentes formas de vida societária que passam a ser divididas em modernas, desenvolvidas e em desenvolvimento, contrapostas às sociedades pré-modernas, pré-capitalistas, subdesenvolvidas tradicionais ou primitivas. Mais ainda, a fábrica moderna, na sua universalidade abstrata e o emprego fabril são considerados o paradigma da análise sociológica do trabalho, estabelecendo os fundamentos da chamada “sociedade do trabalho”, única referência para a análise das diferentes formas de organização de trabalho, dos rendimentos necessários para manter em funcionamento a acumulação do capital por intermédio do ciclo – produção, distribuição e consumo – e das várias formas de vida societária”.

A noção moderna de trabalho, de acordo com esta análise, não contempla outras atividades que fogem aos requisitos de criação de valor nos processos de acumulação de capital, consideradas como não-trabalho, e, assim o emprego fabril se confunde no imaginário social, com trabalho, ainda que esta seja apenas a forma histórica das sociedades modernas. (Idem, p.24)

Estes parâmetros estabelecem dicotomias entre locais de trabalho, atividades domiciliares e moradia; atividades de lazer como não-trabalho, enquadradas no tempo livre como não-trabalho.

O ato de trabalhar é assim associado ao esforço e ao labor, à obrigações e punições. Ao se desvincular do sagrado, perde o seu caráter criativo e sua magia, deslocando-se do conjunto das relações sociais.

O desnudamento da noção de trabalho em sua versão histórica, no contexto dos paradigmas da modernidade, requer, por isto mesmo, outro olhar para o interior dos processos produtivos que explicita os agentes e as práticas de trabalho (quem faz e como faz) e que possa contemplar um universo mais amplo das realizações dos indivíduos nas diferentes atividades da sociedade. Utilizado desta forma, como categoria teórica, o trabalho pode assumir estatuto explicativo dos diversos saberes e fazeres extensivos às atividades consideradas como não-trabalho, as atividades artísticas e outras como o fazer arquitetônico que, por sua natureza criativa, possui enquadramento conflitante na noção moderna de trabalho.

Como bem situa Leila Blass (Idem, p.25),

“No ato de trabalho, pensado como ato criativo, fica difícil dissociar as práticas de trabalho e de emprego ou trabalho assalariado; sujeito e objeto de produção; trabalho e conhecimento. Conforme Ostrower (1976) nem na arte



existiria criatividade se não pudéssemos encarar o fazer artístico como trabalho, como um fazer intencional produtivo e necessário que amplia em nós a capacidade de viver.”

E, ainda, no dizer da mesma autora,

“A desmontagem da noção de trabalho, criada e imaginada na modernidade, indaga sobre um dos seus ícones: o emprego ou trabalho assalariado. Urge, portanto, o alargamento da idéia de trabalho, para que um conjunto de práticas sociais de trabalho, porém não necessariamente assalariadas, ganhe estatuto teórico”. (Ibidem,p.29)

Ultrapassar os referenciais teóricos dominantes em relação ao trabalho na sociedade contemporânea e ao trabalho arquitetônico em suas singularidades representa a construção de possibilidades de aberturas nas constatações imobilizadoras das imposições sociais que se traduzem em condições cada vez mais perversas e um caminho para a re-significação do trabalho como um *fazer* ativo e transformador.

### **Referências Bibliográficas:**

BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.25.

\_\_\_\_\_ As Práticas de Trabalho em Mutação. In: ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_ *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BLASS, L. M. S. *De Volta ao Futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. São Paulo: Educ, 2001.

\_\_\_\_\_ *Ato de Trabalhar: Imagens e Representações*. São Paulo: Annablume, 2006.

BRANDÃO, V. M. A. T. Reflexões sobre o trabalho artístico e a construção do saber. In: BLASS, L. M. *O ato de trabalhar: imagens e representações*. São Paulo Annablume, 2006.

DIEZ, F. *Utilidad, deseo y virtud. La formación de la idea moderna del trabajo*. Barcelona : Península, 2001.

DURAND, J. C. G. *A profissão do arquiteto – estudo sociológico*. Rio de Janeiro: CREA, Região Guanabara, 1974.

FERNANDES, S. R. *Criação do artista: análise de comunicações de artistas sobre o processo criativo*. Dissertação de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP. São Paulo, 2001.

HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. In: DIEESE – *Os trabalhadores e Programa Brasileiro de Produtividade*. São Paulo: Revista COMUT, n.1, setembro de 1994.

\_\_\_\_\_ Os Mundos do Trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, A. *Empregabilidade e Educação*. São Paulo: Educ/Rhodia, 1997.

KATO, V. R. C e ZIONI, S.M. Formação Acadêmica e Atuação Profissional: opiniões e perspectivas de ex-alunos da FAU-Mackenzie, 1994-2005. Relatório de Pesquisa. (mimeo). São Paulo: FAU-Mackenzie, 2006.

\_\_\_\_\_ Formação acadêmica e perspectivas de trabalho em arquitetura. In: *Anais da XXI CLEFA – Conferência Latinoamericana de Facultades y Escuelas de Arquitectura*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala/UDEFAL, 2007.

NOBRE, A. L. Prática em comum. In: MILHEIRO, a. V.; NOBRE, A. L.; WISNIK, G. *Coletivo: 36 projetos de arquitetura paulista contemporânea*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

PETERS, I. F. *Contextura e criação arquitetônica: esboços e projetos*. Tese de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica- PUC-SP. São Paulo, 2000.

RIGHI, R; KATO, V. R. C., ABASCAL, E., RIVERA, L. G. Panorama da Arquitetura Paulista Contemporânea – um estudo sobre 35 escritórios. São Paulo: Fundo Mackenzie de Pesquisa – Mackpesquisa, Relatório de Pesquisa, mimeo, 2003.

SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, A. L. S. *Criação, arquitetura, semiótica: processos de comunicações*. Dissertação de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP. São Paulo, 2002;

STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.